

**A MÍDIA BRASILEIRA E O OUTRO-PRESIDENTE: A CONSTRUÇÃO DAS
FIGURAS DE LÍDERES LATINO-AMERICANOS E OS RISCOS À
DEMOCRACIA**¹

GT14: Discurso e Comunicação

Ruben Dargã Holdorf²

Resumo

Este artigo investiga os modos de construção das narrativas da mídia a respeito do Outro-presidente e a maneira pela qual ele é projetado e idealizado. Partimos da hipótese de que as mídias enunciam palavras de ordem, convocando seus públicos para aprovar uns e reprovar outros. Em assim fazendo, as mídias sustentam uma democracia empobrecida, correndo o risco de deslegitimá-la e enfraquecer o seu próprio papel em defesa das liberdades. Ao assumir a condição política de direita, a mídia brasileira demarca uma linha fronteira, separando os espaços do Mesmo e do Outro, ao modo de uma oposição sem sutilezas e complexidades. A banalização da política provoca riscos à democracia, oportunizando espaço para a manifestação de outros poderes. Esta é uma pesquisa cuja metodologia se concentrou na análise midiática de um corpus composto por diversas empresas jornalísticas brasileiras. São bases a teoria do discurso de Laclau, as reflexões sobre o Mesmo/Outro de Mouffe, a definição de

¹ Artigo apresentado ao Grupo Temático 14, Discurso y Comunicación, do XII Congresso da Asociación Latinoamericana de Investigadores de las Ciencias de la Comunicación, a ser realizado de 6 a 8 de agosto de 2014, em Lima, Peru.

² Doutor em Comunicação e Semiótica (PUC-SP), é graduado em Comunicação Social/Jornalismo (UFPR). Coordena e leciona no curso de Jornalismo do Unasp, em Engenheiro Coelho (SP), Brasil. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9023786250983747>..

“linha fronteira” de Boaventura Santos, e as discussões a respeito dos abalos da democracia de Todorov.

Palavras-Chave: Mídia e Democracia; Linha Fronteira; Palavra de Ordem; o Mesmo e o Outro.

Antecedentes

A Câmara dos Deputados da Argentina aprovou no final de 2011 o projeto para regular os preços dos jornais. Segundo a *Folha de S. Paulo* (16/12), as empresas jornalísticas argentinas acusaram a presidente Cristina Kirchner de intentar controlar a imprensa. Ao comentar esta notícia, o âncora Chico Pinheiro, do telejornal *Bom Dia Brasil*, da TV Globo, considerou o projeto mais um golpe de Cristina contra a democracia. Dois anos antes, o Congresso argentino sancionou a Lei das Mídias, com o objetivo de normatizar a comunicação audiovisual e substituir a lei até então vigente (desde 1981), dos tempos da ditadura (1976-83). Cristina convocou diversos setores da sociedade para o debate antes de entregar o projeto aos parlamentares. O governo rebateu as críticas, alegando que a reação da mídias argentinas revelava o interesse dos meios de comunicação pela manutenção de privilégios.

Ao norte do subcontinente, na Venezuela, o então presidente Hugo Chávez, que cassou concessões de emissoras de televisão opositoras ao governo a partir de 2006 e exonerou juízes antipáticos às mudanças no país, foi aceito pela maioria da população como um líder democrático, apesar das desconfianças lançadas pelas mídias brasileiras desde o início de seu primeiro mandato, em 1999. Imprensa como *Veja*, *Folha* e *O Estado de S. Paulo* chamaram-no de ditador. De acordo com os discursos apresentados pela imprensa brasileira, se Chávez foi um “ditador” e Cristina uma “golpista”, logo a Venezuela e a Argentina não poderiam ser vistas como democracias. Para verificar o modo pelo qual a mídia brasileira

tratou os presidentes latino-americanos, é preciso entender como cada veículo midiático construiu as figuras desses líderes políticos e que diferenças foram estabelecidas entre o Brasil e os países de *los hermanos*.

Apresentando a hipótese de que a mídia idealiza uma visão conservadora da democracia, pode-se afirmar que ela demarca uma linha fronteira, separando o Brasil dos demais países latino-americanos em dois espaços topológico-políticos, o do Mesmo e o do Outro. Nesses espaços, ora é erigida uma cultura da expectativa e da prudência, outras vezes do fascínio, e outras ainda do medo e da rejeição em relação aos governantes dessas nações. A mídia cria um imaginário desses líderes políticos, ora como um risco à democracia nos governos sustentados por eles, ora como importantes para a perpetuação e confirmação do ideal democrático. Nesse cenário político, enquanto poucos presidentes receberam carga valorativa positiva, outro grupo, mais numeroso, teve seu perfil configurado desfavoravelmente (HOLDORF, 2013).

Os estudos a respeito da América Latina se desenvolveram nas mais diversas áreas do conhecimento. Os Mattelart (2009, pp. 118-9) consideram a América Latina como o “centro das controvérsias” e de confronto entre as potências dos Hemisférios Norte e Sul, situando-a “na vanguarda nesse gênero de estudos” porque as mídias e os estudos sobre elas se desenvolveram muito mais neste continente do que em outros. Steinberger (2005, p. 239) sustenta que determinados ajustes históricos, políticos, culturais e econômicos ocorridos nas últimas décadas na América Latina impactaram as práticas e os fazeres jornalísticos. Abrucio (*Época*, 5/10/09) percebe que “a democracia se tornou o principal ponto da agenda política” da mídia na América Latina.

Não obstante a maior importância temática de alguns países, em termos das relações com o Brasil e do espaço e da frequência dos textos dedicados a cada país, decidiu-se selecionar os enunciados referentes à Argentina, Chile e

Venezuela. A Venezuela e o presidente Hugo Chávez se tornaram objetos de estudo de pesquisadores nos últimos anos e sua influência midiática no subcontinente é merecedora de análise. Quanto a Néstor e Cristina Kirchner, eles constituem o principal parceiro comercial do Brasil na América Latina e resgataram o fenômeno do populismo peronista; a Argentina, aliás, tem longa história de acordos e rivalidades com o Brasil. O Chile apresenta uma história diferenciada dos demais: sua economia cresceu depois da redemocratização do país, e Ricardo Lagos e Sebastián Piñera, assim como outros presidentes desse período pós-ditatorial, escolheram outras vias político-econômicas de sustentação, não aderindo ao Mercosul. Assim, o que contou na montagem do *corpus* foi a importância desse Outro-presidente em termos do espaço dedicado pelas mídias e em função da relevância do país no que se refere às relações com o Brasil. Para os diários *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, selecionaram-se as notícias a cada quinze dias e, nesses intervalos, aquelas que ocuparam mais de cinco dias seguidos as páginas dos cadernos internacionais. Para as revistas semanais *Veja* e *Carta Capital*, não se examinaram as notas curtas nem os enunciados que não incluíram as figuras dos presidentes, concentrando a análise nas reportagens e artigos. As análises focaram cinco presidentes de três países cujos mandatos ocorreram a partir de 2000.

Teóricos

Para compreender como a mídia constrói as figuras dos presidentes latino-americanos em espaços topológico-políticos do Mesmo e do Outro, é necessário conhecer de que modo as palavras de ordem, funcionando em posição de pontos nodais (LACLAU, 1996 e 2010), enunciadas pela mídia, convocam seus públicos pela totalização discursiva a partir da divisão amigo-inimigo. De acordo com Mouffe (1996, pp. 13 e 14), a relação amigo-inimigo possibilita a compreensão da gênese dos antagonismos. Durante a Guerra Fria, a presença do Outro-comunista identificava o inimigo a ser combatido pela “democracia”. Palavras de ordem são

expressões empregadas pelas mídias para convocar seus públicos, totalizando o discurso. Ponto nodal é o ponto estrutural do discurso, o espaço vazio no qual se encarna a totalização discursiva, no qual o discurso é suturado. As palavras de ordem necessariamente não aparecem, assim como podem ser erigidas literalmente.

As narrativas da mídia, suturadas em ponto nodal, totalizam um discurso enaltecendo a democracia liberal. Para a mídia, o Outro-presidente pode significar uma ameaça à democracia no subcontinente sul-americano, um oposto ao Mesmo que se encontra ao lado do “imaginário” brasileiro. Para entender isso, torna-se imprescindível verificar os pontos de vista de Mouffe (1996), a respeito de “democracia radical”. A diferença de posicionamento verificada nos espaços do Mesmo e do Outro começa a definir a unilateralidade dos conceitos midiáticos de democracia, erigindo as figuras que a mídia aceita ou rejeita. Os conceitos midiáticos de democracia são unilaterais porque abordam um lado, o da parcialidade, no qual a particularidade discursiva encarna o ponto de vista da mídia, hegemonizando-se essa visão. Mouffe possibilita a compreensão da relação amigo-inimigo e quais valores definem a democracia, como se estrutura a relação amigo-inimigo, ou entre o “eu” e o Outro, ou o “eles”. O Outro é aquele considerado sob o prisma da diferença, cujo antagonismo acirra-se quando coloca em xeque a identidade do “nós”. Mouffe propõe a democracia radical, um novo modo de olhar o Outro, necessitando articular o universal ao particular, permitindo refletir a respeito das liberdades individuais e políticas e reconhecendo a diferença – o particular, o múltiplo (aquele de visão pluralista), o heterogêneo.

O Outro é o que se encontra no discurso, tal qual Chávez, situado como opositor de esquerda, antidemocrático. O Outro permanece no intervalo das equivalências, conforme menciona Laclau (1996). A distinção entre o Mesmo e o Outro se situa a partir da diferença. Dada a alteridade, atribuem-se valores a essa diferença, da qual emerge o amigo ou o inimigo. O Outro, ou o “eles”, segundo Mouffe (*ibid*, p.

13), é aquele “considerado sob o prisma da diferença”, cujo antagonismo se acirra ao colocar em xeque a existência do “nós”. Para O’Donnell (2011, p. 169), o Outro é o “radicalmente diferente, situado fora e acima de nós”, podendo ser aquele que reivindica o poder do Estado por meio de ações antidemocráticas. Deve ficar patente que, o que a mídia chama de antidemocrático, nem sempre o é.

Aproveitando os conceitos de Boaventura Santos (2010) a respeito das tensões entre os dois lados da linha fronteira que separavam as metrópoles europeias das colônias americanas, de modo análogo aplicaram-se essas tensões ao discurso das mídias brasileiras em relação às figuras dos líderes do subcontinente. A linha fronteira, proposta por Boaventura Santos, separando o Norte colonizador do Sul colonizado, pode ser aplicada à divisão dos universos entre o Mesmo e o Outro:

As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’. A divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível (SANTOS, 2010, p. 32).

A mídia constrói uma linha separando o lado de cá, democrático, do lado de lá, construído como autoritário, antidemocrático. Trata-se de uma fronteira detectada nas narrativas. Ao noticiar vida e obras dos presidentes latino-americanos, a mídia brasileira demarca uma linha fronteira, na maior parte das vezes separando os espaços do Mesmo e do Outro. Isso ocorre quando esse Outro-presidente pode representar uma influência negativa e um risco à democracia defendida pelas mídias, aí colocadas como empresas capitalistas ligadas aos interesses de elites

políticas e econômicas. Ao considerar o modo de vida, o regime político, ou qualquer assunto defendido relacionados ao Mesmo, como superiores ao discurso do Outro, a mídia avalia o lado de cá, o espaço do Mesmo, como mais civilizado (TODOROV, 2010) que o lado de lá da linha fronteira, o espaço do Outro. As linhas fronteiriças podem ser transpostas e aplicadas às tensões verificadas nos discursos. Santos está convencido dessa possibilidade. A linha fronteira é uma delimitação imaginária. Ela aprofunda a separação agendada pela mídia brasileira em relação aos países latino-americanos.

Linha fronteira

As linhas fronteiriças que separavam o espaço do Outro-colonizado do espaço idealizado pelo Mesmo-metrópole determinavam, segundo Santos, diferenças nas mais variadas áreas do conhecimento da época, tais como a ciência, a filosofia e a teologia. Para Santos, devido às diferenças presentes na colônia (poderia se referir tanto à América como à África) em relação à metrópole (qualquer império europeu, como Portugal, Espanha, França, Reino Unido ou Holanda), esta percebia a sua identidade sob constante ameaça, pois tudo o que se referia ao Outro-colonizado era problemático:

A linha invisível que separa a ciência dos seus 'outros' modernos está assente (*baseada*) na linha abissal invisível que separa de um lado, ciência, filosofia e teologia e, do outro, conhecimentos tornados incomensuráveis e incompreensíveis por não obedecerem, nem aos critérios científicos de verdade, nem aos dos conhecimentos, reconhecidos como alternativos, da filosofia e da teologia. [...]
A linha abissal invisível que separa o domínio do direito do não-direito fundamenta a dicotomia visível entre o legal e o

ilegal que deste lado da linha organiza o domínio do direito (SANTOS, *Op. Cit.*, p. 34).

Fundamentado no fato de a metrópole usar de violência e apropriar aquilo que pertencia ao colonizado no território dele, do Outro, Santos (*ibid*, p. 37) disserta sobre o conceito de *vazio jurídico*. A invasão e pilhagem das terras indígenas e dos povos mais avançados na América se justificaram pela ilegalidade, pela ausência de normas jurídicas que poderiam condenar os exploradores e genocidas. Sob esse ponto de vista, os conquistadores aproveitaram o *vazio jurídico* para intimidar, escravizar e até eliminar o Outro, que era visto como estranho, diferente. As leis não favoreciam o colonizado, apenas o opressor. Esse *vazio jurídico* não era um espaço desprovido de significado. Havia sentido nas ações ilegais para os representantes da metrópole, o de que eles tinham o direito a todas as riquezas da terra, inclusive sobre a vida dos nativos, os proprietários até então. Havia sentido também para os colonizados, pois eles precisavam desenvolver a capacidade de sobrevivência, resistência e reação. A particularidade do Direito da metrópole se tornou hegemônica e universal na colônia, sobrepujando e desconhecendo as regras pertinentes aos nativos. Ao suturar seu discurso nesse espaço, do ponto nodal, o colonizador se transformou no agressor que, gradativamente, iria afastar e negar a cultura do Outro e, sempre que julgasse necessário, extingui-lo.

A “impossibilidade da copresença dos dois lados da linha” é a característica mais importante do pensamento abissal, estruturado por Santos (*Op. Cit.*, p. 32). O que se exclui faz parte da construção do Outro, o diferente, o inaceitável. O Outro também pode se tornar tolerável. De acordo com Santos (*ibid*, p. 35-6), o lado oposto da fronteira era a “zona colonial”, o local do não-direito, enquanto na metrópole vigorava o território do direito. A lei aplicada na metrópole não poderia valer na colônia, principalmente quando se referia à possibilidade de favorecer o colonizado. Para ele, torna-se inconcebível tal aplicação. Daí a “impossibilidade da

copresença”. Deslocando isso para o contexto midiático atual, quando se trata de estabelecer uma linha fronteira, separando profundamente os espaços do Mesmo e do Outro, Chávez apareceu como exemplo ideal a rechaçar, o mal instalado no poder, segundo os enunciadores de *Veja*, *Folha* e *Estadão*. Para eles, o estilo chavista de governar implantado do lado de lá não poderia ultrapassar a linha fronteira e avançar sobre o lado de cá.

A mídia brasileira também costurou sua narrativa nesse ponto, espaço este ocupado pelo discurso particular de cada enunciador, cuja intenção visa tornar a democracia, idealizada pelo Mesmo, como universal, determinando de que modo o enunciatário deve compreender o Outro-presidente, aproximando-o ou rejeitando-o, fazendo dele um amigo, adversário ou inimigo. A mídia trata o amigo com deferência, o adversário com tolerância, mas quanto ao inimigo, ela se comporta com agressividade, construindo uma figura a ser repudiada pelo enunciatário. Cunha F.^o (2007, p. 208) não menciona explicitamente a mídia, mas ele descreve o “senso comum” opondo os brasileiros aos estrangeiros e questiona “o conjunto de fontes geradoras desses estereótipos” que definem o Brasil e produzem tensões de identidade entre o “nós” e o Outro:

Cada representação que os estrangeiros fazem do Brasil ou dos brasileiros é instantaneamente alegorizada e produz curtos-circuitos identitários entre a imagem e o referente, num processo que atinge dimensões efetivamente críticas. (CUNHA F.^o, *ibid*, p. 206)

Essas tensões, ou curtos-circuitos, entre o Brasil e o Outro provocam, de acordo com Cunha F.^o (*ibidem*, pp. 207 e 226), a instabilidade nas relações nacional/estrangeiro, identidade/alteridade. Se durante o período de dominação portuguesa (1500-1822), as incompatibilidades marcaram as relações entre a metrópole portuguesa e a colônia brasileira, depois da independência, as

formações discursivas destacaram as tensões entre o “brasileiro” e o “estrangeiro”, chamado por Cunha F.º de “pós-colonial”. Martín-Barbero (2006, p. 51) critica as crises econômica e política e os efeitos do medo tomando o espaço fronteiriço, “com o agravamento dos preconceitos raciais, dos *apartheid* étnicos e dos fanatismos religiosos” na América Latina.

Palavra de ordem e ponto nodal

A fim de compreender o modo pelo qual as palavras de ordem enunciadas pelas mídias convocam seus públicos, é preciso esclarecer como a cadeia significante funciona em posição de ponto nodal. Tal entendimento se revela necessário ao analisar nos textos noticiosos o que isso significa no processo de construção dos discursos referendados pelos enunciadores. Ao discutir as formas de abordagem do populismo e de construção do “povo” como pressuposto básico de suas características, Laclau (2010, pp. 91-161) explica que ponto nodal é o ponto de sutura, a partir do qual se estrutura um discurso, modelando o conjunto dos significantes ideologicamente predominantes, ou seja, fazendo com que a parcialidade assuma a condição de universalidade. Trata-se de um espaço vazio transposto em diversos sentidos, no qual se encarna uma totalização discursiva. Para que seja possível a esse ponto nodal suturar uma totalização, de acordo com Laclau (*ibid*, p. 214) “a força hegemônica deve apresentar sua própria particularidade como a encarnação de uma universalidade vazia que a transcende”.

Em “Democracia não é com ele” (*Veja*, 6/10/2010), o enunciador afirma que Chávez não simpatizava com a democracia, citando diversas expressões que validavam a palavra de ordem em prol do liberalismo democrático: “Chávez reage da mesma maneira”, ou seja, ele se recusou a reconhecer a vitória da oposição; “ele (*Chávez*) deu peso desproporcional aos votos”, isto é, o presidente modificou as regras eleitorais, determinando que os votos para seu partido tivessem peso

superior aos concedidos a quaisquer opositores; “nem que para isso seja necessário comprar o juiz, mudar as regras e bater nos adversários”, “métodos como esses [...] são invejados por radicais brasileiros”. A inserção na agenda midiática de *Veja* de um discurso favorável à democracia apontava o projeto do presidente venezuelano como antagônico à visão enfatizada pelo enunciador. Chávez não era visto dentro do espaço do imaginário de *Veja* como parceiro, tampouco aceito como amigo, mas era compreendido pelo enunciador como alguém que significava uma ameaça à democracia, associando-o a atributos negativos, tais como “malandro”, “ardiloso”, “contraventor”, “autoritário” e “corruptor”.³ Não obstante o tratamento dispensado por *Veja*, O’Donnell (*Op. Cit.*, pp. 157 e 194) percebia a Venezuela como o país com o maior consentimento popular ao presidente eleito.

Em “O kirchnerismo ficou viúvo” (3/11/10), *Veja* esclareceu que “o estilo K era o da confrontação”, pois “qualquer ameaça a seu poder era repreendida com violência”. A morte de Néstor teve dois efeitos: um novo morto a ser cultuado no “panteão do que há de pior no populismo” continental e a estrada política aberta para Cristina. Para *Veja*, o populismo latino-americano é uma forma de projetar líderes, que se tornarão autoritários, respaldados pelos votos nas urnas. Laclau (*Op. Cit.*, pp. 11, 91 e 206) percebe muitos significados, deixando o populismo “vago e indeterminado”, “um modo de construir o político”, espaço da indecidibilidade “entre a função hegemônica do significante vazio e a equivalência das demandas particulares”. O espaço da indecidibilidade é o terreno no qual qualquer decisão pode ser tomada. Pelo fato de os Kirchner chegarem ao poder pela via democrática da eleição, mas usarem o expediente do autoritarismo e do confronto com as instituições democráticas e o Brasil para se conservar à frente do governo, o enunciador desconfiou das intenções do Outro-presidente. A narrativa mostrou

³ Conforme McCombs (“A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública”, 2009, p. 113), são os atributos e outras características “que preenchem a imagem de cada objeto”, salientando-o ora positivamente, ora negativamente.

características do governo de Néstor e o projetou como mais um ícone populista dos argentinos, expondo pontos de vista depreciativos e construindo o “sujeito da malevolência”, expressão de Barros (1994, p. 52), que significa condutor da antipatia, da desconfiança, da prudência, da expectativa e do medo quanto ao mandato de Cristina Kirchner.

A narrativa “Vitória na era do consenso” (Veja, 23/1/10) mostrou a identidade comum a três presidentes chilenos de diferentes tendências políticas: “Bachelet continua socialista, o democrata-cristão Frei compunha a coalizão com ela e Piñera é de direita.” Eduardo Frei governou o Chile entre 1994 e 2000, e disputou as eleições com Piñera em 2010. Michelle Bachelet foi a presidente com a maior aprovação na história do país, governando entre 2005 e 2010. Sebastián Piñera presidiu o Chile de 2010 a 2014. Ele havia sido derrotado por Bachelet em 2005. Frei estava ligado ao partido democrata de influência católica; Bachelet era do mesmo partido de Lagos, o esquerdista socialista; e Piñera é da direita, o mesmo partido de Pinochet e que não vencia uma eleição desde 1958. Cada um deles se revestia de sua particularidade. Entretanto, o que os unia era a coalizão favorável à solidificação da democracia. “Ninguém”, esclarece o enunciador, “mudou de lado”. O discurso do presidente e dos ex-presidentes, incluindo Lagos, articulava o significativo “*Concertación Democrática*”⁴ em ponto nodal.

Para que a *Concertación* recebesse novo sentido era preciso que cada um dos partidos se desprendesse de suas particularidades. A *Concertación Democrática* se encarnou nas narrativas midiáticas, tornando-se hegemônica. “Uma relação hegemônica”, para Laclau (*Op. Cit.*, p. 143), “é aquela na qual uma determinada particularidade significa uma universalidade inalcançável”. Esse discurso modaliza uma identidade, estabelecida pela relação entre a particularidade e a

⁴ Em sua tese, Katia Saisi (2011, p. 187) explica que o lema político da *Concertación* era “crescimento com equidade”, conservando-se o projeto econômico implantado pela ditadura de Pinochet.

universalidade com o objetivo de abranger toda a cadeia discursiva. *Veja* deixou claro que todos, “civilizados e unidos”, têm o “propósito de tocar o país para frente, em vez de afundá-lo em refundações desastrosas”, alusão à Venezuela chavista e ao kirchnerismo na Argentina.

Outro/Mesmo

Ao pontuar o isolamento do Brasil na América Latina, Fernando Schweitzer (2010) considera o desconhecimento da cultura hispânica e dos povos pré-colombianos, da parte dos brasileiros, como ignorância. Quem alimenta parte dessa insensatez é a própria mídia brasileira, estabelecendo diferenças entre o Mesmo e o Outro. Este Outro pode ser tratado, de acordo com Mouffe (*Op. Cit.*, pp. 13-5), como amigo, adversário ou inimigo. Segundo Prado e Bueno (2012), o Outro pode ser o maléfico (ênfático), o parceiro (reduzido), o encarnado (aceito) ou o ausente. Todorov (2010) fala de Mesmo e Outro como “civilizados” e “bárbaros”. No caso da mídia brasileira, o Outro-inimigo é antidemocrático e antiliberal, provocando o medo e a conseqüente rejeição. O Outro-adversário pode ser liberal, mas se associa ao populismo, ao nacionalismo, motivando expectativa e prudência. Já o Outro-amigo é liberal e democrático, o que estimula confiança, segurança, simpatia, afeto, fascínio ou aceitação.

A figura de Chávez foi construída com características depreciativas, cujos atributos corroboravam os riscos à democracia liberal. O enunciador não o considerava democrata, mas autoritário, expropriador, nacionalista, socialista, populista e centralizador do poder. Ao pretender governar sob decretos, o presidente venezuelano sedimentou “o seu projeto de ‘socialismo do século 21’, mesmo” diante da possibilidade de impacto negativo, caminho dito contrário à democracia liberal. Para o *Estadão*, essa democracia tinha de ser valorizada a qualquer custo e desqualificar as ações de Chávez era a sua estratégia.

Para mostrar que Néstor pavimentava a estrada da inimizade com o Brasil, em “Vizinho na contramão” (*Veja*, 11/5/05), o enunciador transcreveu uma declaração do presidente divulgada pela mídia argentina, na qual ele criticava o empenho do Brasil em conquistar um assento no Conselho de Segurança da ONU: “Se há um posto vazio na Organização Mundial do Comércio, o Brasil quer. Se há um lugar na ONU, o Brasil quer. Onde há uma vaga, o Brasil quer para ele... Até queriam ter um papa brasileiro!” Para entender como as interações do “nós” com “eles” se desintegraram para as relações de “amigo” versus “inimigo” e de que modo essa situação pode se reverter, Mouffe (*Op. Cit.*, pp. 13-7) considera alguns pontos interessantes: 1) O Outro nega a identidade do Mesmo; 2) É preciso redefinir a fronteira amigo-inimigo; 3) O Outro pode ser inimigo ou adversário; 4) Não havendo identificação, novas formas ocupam o espaço vazio.

Ao ponderar que da relação amigo-inimigo emergem os antagonismos, denota-se em primeiro plano que existem diferenças entre ambos, posicionamentos contrários de ideias. Laclau (1996, p. 72) afirma que “cada elemento do sistema só tem uma identidade à medida em que é diferente dos outros”. É pela diferença percebida no Outro que o sujeito se identifica e o trata como amigo ou inimigo. Tais antagonismos, segundo Mouffe (*ibid*, p. 13), podem ser construídos sob os pontos de vista religiosos, étnicos, econômicos e, evidentemente, políticos. Ao determinar a existência de um Outro e este negar a identidade do “eu” ou do “nós” no espaço do Mesmo, estão propícias as condições emergentes do antagonismo, das diferenças entre o sujeito “nós” e o sujeito “eles”. Ao agendar as temáticas dos presidentes, a mídia constrói figuras a serem desprezadas ou apreciadas, posicionando-as na condição de amigo ou inimigo.

Nas análises desenvolvidas, encontramos um discurso narrativo uniforme sobre a figura de Lagos na mídia brasileira. Lagos foi considerado civilizado em todos os veículos – em *Carta*, não encontramos referência direta ao presidente chileno nos períodos pesquisados. Em 2000 e 2005, Pinochet ocupou as manchetes dos

cadernos internacionais, enquanto Piñera foi tratado com deferência por *Veja*, *Folha* e *Estadão*; *Carta* chamou-o de populista. *Carta* percebeu no estilo de governar de Piñera a alteridade, o local de tematização das diferenças entre o “nós” e o “eles”. *Veja*, *Folha* e *Estadão* detectaram nos estilos de governar de Lagos e Piñera a mesmidade, o local de tematização das semelhanças. Poderíamos afirmar que Lagos era o Outro-ausente e, Piñera, o Outro-enfatizado.

As invenções da mídia estabelecendo linhas fronteiriças, separando os lados do Mesmo e do Outro e determinando quem deve ser amigo, inimigo ou adversário não fazem parte de ações inesperadas, desprovidas de critérios. Resende e Ramalho (2006, p. 114) afirmam que diversificadas abordagens “de um mesmo evento” erigido pela mídia podem “ser um princípio para uma leitura crítica” envolvendo grupos diferentes, mesmo minorias em defesa de suas particularidades, nas “lutas hegemônicas”. Os enunciados erigidos seguem as ordens da rotina política, conforme as normas regulamentadas em cada veículo. Inventar é sinônimo de criar, que, por sua vez é sinônimo de nutrir. Todorov (2012, p. 20) fala em conceitos que “alimentam” a reflexão em torno de determinada tematização. Ao convocar seus públicos e tentar modalizá-los, a mídia “nutre” sistemática e periodicamente seus leitores com o propósito de totalizar seu discurso.

Apenas *Carta* conferiu atributos positivos ou moderados a Chávez. As diferenças entre o idealizado pela mídia brasileira e o chavismo determinaram a alteridade, na qual se configurou o Outro, amigo distante para *Carta*, inimigo para *Veja*, *Folha* e *Estadão*. Esse Outro passou a ser o inimigo a ser evitado, combatido e, se possível, distanciado ou extinto, e isso ocorreu quando Chávez revelou atitudes consideradas pela mídia como antidemocráticas, autoritárias. *Folha* e *Carta* concederam a Néstor, depois do plano de recuperação econômica da Argentina, atributos positivos. Cristina sempre foi depreciada. Estas mesmas mídias erigiram narrativas que convocaram os leitores ao medo dos governantes argentinos diante

da possibilidade de perpetuidade do peronismo no poder e o reflexo da ameaça à democracia, advinda dos embates contra a mídia. Os presidentes Lagos e Piñera receberam atributos positivos ao defender a solidificação da democracia e a estabilidade econômica do Chile. *Carta* acusou a Piñera de propostas populistas. Somente os motivos do medo da ascensão da direita Renovação Nacional eram comuns a todos os veículos, pois foi o partido de Pinochet.

Democracia

Redefinir a fronteira requer apostar na democracia que reconheça ou reduza o Outro e o aproxime, não obstante as suas diferenças. As diferenças devem ser conduzidas sob constante diálogo entre as particularidades. Em uma democracia pluralista, resultante da democracia radical, Mouffe (*Op. Cit.*, p. 15) propõe que o Outro seja tratado “não como um inimigo a destruir”, mas, no máximo, como “um adversário cuja existência é legítima e tem de ser tolerada”. Ela distingue o Outro-opositor entre o inimigo e o adversário. O inimigo é aquele com o qual o Mesmo redobrará os cuidados a fim de não ser surpreendido, mas, se possível, irá eliminá-lo. O adversário é o Outro-tolerado, cujas diferenças se respeitam. Enquanto o governo brasileiro manteve certa tolerância e, em outros casos, níveis mais profundos de relações com os Outros (governos latino-americanos) entre 2000 e 2010, o mesmo não se verificou entre os enunciadores de *Folha*, *Estadão* e *Veja*.

Se não houver uma aposta na democracia, respeitando as particularidades do Outro, tratando-o como adversário, Mouffe (*ibid*, pp. 16-7) adverte para o risco da ausência de lutas democráticas pelo diálogo entre as partes, pois esse espaço pode ser “tomado por outras formas de identificação, de natureza étnica, nacionalista ou religiosa, e o opositor é também definido nesses termos”. A luta com o adversário acontece por meio do diálogo, das articulações. A luta contra o inimigo visa destruí-lo, não havendo soluções intermediárias que satisfaçam o

“nós” e o “eles”. Se *Carta* se mostrou equilibrada ao noticiar as ações do governo chavista, *Folha*, *Estadão* e, principalmente, *Veja* buscaram destruir a figura de Chávez, assim como enalteceram as figuras dos presidentes chilenos. *Veja*, *Folha* e *Estadão* seguem fielmente o processo de autoexaltação do Brasil, separando o espaço do Mesmo do espaço do Outro, o dos hispânicos. Para as mídias, o referencial da América Latina tem de ser o Brasil.

Conclusão

É pela verificação da palavra de ordem que se compreende como a mídia busca totalizar seu discurso. No caso, detectou-se uma ênfase de uma década na exaltação da democracia liberal, conforme a concepção de cada veículo midiático. *Democracia* é um elemento importante na constituição das políticas editoriais e idealizações da mídia, a partir do qual o enunciador dimensiona quem é construído como amigo, adversário ou inimigo. Demonstrou-se que a mídia idealiza um ambiente com o qual ela ora se identifica, ora não se identifica com o Outro em seus espaços discursivos.

Cada veículo midiático constrói as figuras do Outro-presidente e estabelece a alteridade, isto é, a fronteira das diferenças entre o imaginário das mídias a respeito do estilo de governar idealizado para o Brasil e os estilos de governar dos líderes políticos latino-americanos. Aqueles que demonstram determinada oposição às liberdades de imprensa e de mercado passam a ser considerados uma ameaça à democracia no subcontinente. Por outro lado, o Outro ajustado às perspectivas democráticas se torna o modelo preferencial de atributos de polaridade positiva. Quando suturadas em ponto nodal, as narrativas midiáticas totalizam um discurso realçando a democracia liberal e sublinhando que o Outro-presidente apresentado como inimigo significa uma ameaça à democracia sul-americana e o Outro-presidente amigo se encontra ao lado do espaço do

imaginário brasileiro. Os valores negativos que a alteridade incorpora formam a figura do inimigo, o presidente antidemocrático.

Quanto à hipótese aventada, comprovou-se que *Veja*, *Folha* e *Estadão* idealizaram uma visão conservadora de democracia liberal e estabeleceram um muro tentando afastar o leitor do Outro-presidente hispânico, ao mesmo tempo em que exaltaram o Brasil acima dos demais países latino-americanos. O imaginário construído dos líderes políticos da Venezuela e Argentina foi apresentado no sentido de que o Outro-presidente se instituiu como um risco à democracia. A capacidade de “nutrir” o discurso enaltecendo a democracia do lado do Mesmo e depreciando o lado do Outro, expõe a credibilidade da mídia e da democracia a situações de fragilidade pelo excesso de desgaste do discurso. Outras formas começam a totalizar o discurso, sendo suturadas em ponto nodal a partir da divisão amigo-inimigo. Ao determinar a alteridade, afirmou-se que existia uma linha fronteira separando os espaços dos imaginários do Mesmo e do Outro. Essa linha fronteira materializava a razão do medo que se tinha do Outro.

O conjunto de particularidades constitui uma democracia pluralista, na qual se pressupõe que os indivíduos se articulem entre si e com o poder hegemônico universalizado. O tratamento dos indivíduos como iguais não significa a extinção dos antagonismos entre as particularidades. Se isso ocorre, a democracia passa a sofrer abalos. As diferenças devem continuar respeitadas diante das equivalências. A democracia também corre perigo quando o autoritarismo se encarna nas práticas ditas democráticas com dispositivos cerceadores do livre exercício da imprensa e, por extensão, da expressão e consciência.

O modo pelo qual a mídia vem tratando a política nos últimos anos é condenável. Seus fazeres corroem a democracia e provocam ondas sísmicas que sacodem os seus próprios alicerces. A mídia não apenas critica o Outro-autoritário como assume a condição de direita na falta de partidos opositores à nova centro-

esquerda no poder e encarna características de autoritarismo. A democracia radical, ou a pós-democracia, que deveria exercer o pluralismo, tolerância, promover a paz, as liberdades de expressão e pensamento, bem como o laicismo de Estado, não consegue emergir. Em seu lugar surge uma proposta de “democracia” cujos atributos a remetem ao autoritarismo.

Democracia pressupõe liberdade e responsabilidade. Se for imposta à sociedade, totalizando seu discurso de tal modo que as particularidades sejam anuladas, a democracia pode se transformar em autoritarismo e esmagar a coletividade. A mídia brasileira propõe que, se a democracia for direcionada ao indivíduo, então haverá respeito, espaços abertos aos debates e, se possível e necessário, atenção às demandas. Esse modelo limitado e empobrecido, proposto pela mídia, nega a essência pluralista da democracia, a saber: a existência do diferente e o respeito a ele, ajustando entre si tanto as necessidades do indivíduo quanto as da comunidade. Ter responsabilidade é aceitar a alteridade do Outro e saber conviver diante dos contrastes entre o “nós” e o “eles” sem a sombra das paixões do medo. Para impedir que a democracia se transforme em autoritarismo, as veias abertas têm de ser transformadas em um discurso a respeito das cicatrizes da América Latina.⁵

⁵ Laclau, em entrevista à V7Inter (Visión Siete Internacional), programa de La TV Pública Argentina, em 9/5/09, afirmou algo semelhante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barros, D. L. P. (1994). *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática.
- Cunha Filho, Paulo C. (2007). Imagem, alteridade e autonomia subalterna. Nota sobre a sobrevivência dos estereótipos nas representações estrangeiras do Brasil. In: Médola, A. S. L. D., Araújo, D. C., Bruno, F. (2007). Imagem, visibilidade e cultura midiática. *Livro da XV Compós*. (pp. 205-28). Porto Alegre: Sulina,
- Holdorf, R. D. (2013). A mídia e o Outro: estudo da construção das figuras dos presidentes de Argentina, Chile e Venezuela em *Veja, Carta Capital, Folha de S.Paulo* e *O Estado de S. Paulo* (Tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica) – PUC-SP.
- Laclau, E. (1996). *Emancipación y diferencia*. Buenos Aires: Ariel.
- Laclau, E. (2010). *La razón populista*. Buenos Aires: FCE.
- Martín-Barbero, J. (2006). Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: Moraes, D. *Sociedade midiaticizada*. Rio: Mauad.
- Mattelart, A., & Mattelart, M. (2009). *História das teorias da comunicação*. (12^a ed.). São Paulo: Loyola.
- Mccombs, M. (2009). *A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública*. Petrópolis: Vozes.
- Mouffe, C. (1996). *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva.

- O'Donnell, G. (2011). *Democracia, agência e estado: teoria com intenção comparativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Prado, J. L. A., Bueno, V. P. F. (2012). Regimes de convocação da biopolítica do desempenho nas revistas brasileiras de negócios. In: *XI Alaic*. Montevideo: Ucur, 9-11 mai., (pp. 1-14.) Acesso em: 17 dez. 2012. Disponível em: http://alaic2012.comunicacion.edu.uy/sites/default/files/gt14_prado_jose.pdf.
- Resende, V. M., & Ramalho, V. (2006). *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto.
- Saisi, K. (2011). *Campanhas presidenciais na América Latina: convergências e divergências no discurso midiático*. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais) – PUC-SP.
- Santos, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: Santos, B. S., & Meneses, M. P. (orgs.) (2010). *Epistemologias do Sul*. (pp. 11-83). São Paulo: Cortez.
- Schweitzer, F. (2010). Cursinho sobre a América Latina. *Observatório da Imprensa*, São Paulo, 28 set. Leituras da Folha. Acesso em: 29 set. 2010. Disponível em: www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=609FDS015, 609 ed.
- Steinberger, M. B. (2005). *Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina*. São Paulo: Educ; Fapesp; Cortez.



Todorov, T. (2010). *O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações*.

Petrópolis: Vozes.

Todorov, T. (2012). *Os inimigos íntimos da democracia*. São Paulo: Cia. das

Letras.